

ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

**INTRODUÇÃO**

Em conformidade com as diretrizes do anexo III da Instrução Normativa nº 05/2017, de 26/05/2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar os Estudos Preliminares.

**PREENCHIMENTO PELA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA UNIDADE  
GERENCIADORA**

Nome/tipo da contratação	Agenciamento de viagens para voos regulares nacionais e internacionais para atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, compreendendo a Reitoria e todos os seus <i>campi</i> , conforme condições, quantidades estimativas e exigências estabelecidas neste instrumento.
<b>ESTUDOS PRELIMINARES</b>	
<b>1. Necessidade da contratação</b>	
<p>A contratação do serviço de natureza contínua de agenciamento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, é essencial para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, tanto da Reitoria quanto dos <i>campi</i> do Instituto Federal de Sergipe – IFS.</p> <p>Considerando que, no momento, apenas a Reitoria e o <i>Campus</i> Aracaju detêm contrato para tal fim, o que tem se mostrado insuficiente e inadequado para suprir a demanda das demais Unidades; e</p> <p>Considerando que a compra compartilhada com todas as Unidades Gestoras do IFS trará maior vantajosidade, uma vez que se terá economia de escala com a aquisição; e</p> <p>Considerando que o atual contrato firmado com a Reitoria terá vigência até setembro de 2019, cujo interesse em renovar, via Termo Aditivo, foi recusado pela Contratada, conforme Ofício nº 002/2019 – Meru Viagens EIRELI – EPP, de 14/01/2019;</p> <p>Tem-se que a contratação do referido serviço justifica-se pela necessidade de emissão de passagens aéreas expedidas em favor de servidores, convidados e/ou colaboradores eventuais deste Instituto Federal, os quais rotineiramente necessitam locomover-se para outras cidades e demais Unidades da Federação, como também para o exterior, sempre a serviço desta instituição para participação em congressos, conferências, eventos de capacitação, reuniões técnicas e demais atividades. Assim, faz-se necessária a contratação de empresa que opere no ramo de passagens aéreas e que disponha de condições para o pronto atendimento.</p> <p>Justifica-se, ainda, em razão da impossibilidade de realização de compra direta de passagens, via Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, mediante utilização de cartão corporativo, dada a caducidade da Medida Provisória nº 822/2018, de 01/03/2018, que dispensava a retenção de tributos na fonte sobre os pagamentos efetuados por órgão públicos, na compra de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas. Tal informação foi publicada por meio do Ofício Circular nº 258/2018-MPDG, de 29/06/2018.</p>	
<b>2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver</b>	
<p>Alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019. Inclusive, no que se refere à capacitação, existe o Objetivo Estratégico 02 – Ampliar as atividades de capacitação dos servidores visando as áreas de prioridade e mapeamento das competências.</p> <p>Portaria nº 4005, de 21 de dezembro de 2018, que institui o Plano Anual de Aquisições e Contratações do Instituto Federal de Sergipe – 2019.</p>	

### 3. Requisitos da contratação

#### 3.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

A CONTRATADA deverá fornecer, obrigatoriamente, todas as informações e acessos necessários para integração entre seu sistema gerenciador de viagens e o sistema gerenciador de viagens contratado pela CONTRATANTE, com vistas a permitir que os procedimentos para emissão do BILHETE DE PASSAGEM, iniciados no SCDP, possam ser operacionalizados pela agência.

A CONTRATADA deve possuir contas que permitam a emissão de BILHETE DE PASSAGEM nas seguintes companhias aéreas, no mínimo: LATAM, GOL, AVIANCA, AZUL, PASSAREDO, MAP, ANGOLA AIRLINES, AMERICAN AIRLINES, TAP, AIR EUROPA, AIR FRANCE, DELTA AIRLINES, BOLIVIANA DE AVIACIÓN, COPA AIRLINES, LUFTHANSA, EMIRATES, AEROLINEAS ARGENTINAS, SOUTH AFRICA, UNITED AIRLINES, QATAR AIRWAYS, LAN, AIR CHINA, ALITALIA, AEROMEXICO, AIR CANADA, BRITISH AIRWAYS, ETIHAD AIRWAYS, SWISS, TURKISH AIRLINE, AUSTRAL LÍNEAS AÉREAS, COMPAGNIE NATIONAL ROYAL AIR MAROC, CONDOR FLUGDIENST GMBH, CUBANA DE AVIACION S/A, EDELWEISS AIR A.G, EMPRESA DE TRANSPORTES AEREOS DE CABO VERDE TACV S/A, ETHIOPIAN AIRLINES ENTERPRISE, ETIHAD AIRWAYS, FLAYWAYS LINHAS AÉREAS LTDA, IBÉRIA LÍNEAS AÉREAS, INSEL AIR INTERNATIONAL B.V, KLM ROYAL DUTCH AIRLINES, LACSA, MERIDIANA FLY S.P.A, SURINAM AIRWAYS LTDA, TAME LINEA AEREA DEL ECUADOR, TACA PERU TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES.

O início da prestação de serviços para os ÓRGÃOS e ENTIDADES deverá ocorrer imediatamente após a assinatura dos contratos oriundos da ATA.

Além das condições gerais estabelecidas na legislação e normas reguladoras que disciplinam a participação em processos licitatórios para contratação de serviços pelos ÓRGÃOS e ENTIDADES da Administração Pública Federal - APF relativamente aos aspectos de prova de regularidade fiscal e trabalhista, habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira, serão exigidas da AGÊNCIA DE TURISMO as seguintes condições de qualificação técnico-operacional para participação na licitação:

a) Registro na Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, na forma do art. 3º, da Lei nº 7.262/84, quando Agências de Turismo.

b) Certificado de credenciamento à IATA ou contrato com consolidadora;

c) Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com VOOS DOMÉSTICOS regulares e das principais companhias aéreas estrangeiras e dos principais sistemas GDS disponíveis no mercado;

d) Declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços de AGENCIAMENTO DE VIAGENS e fornecimento de BILHETE DE PASSAGEM, concomitantemente, em quantidades somadas correspondentes ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades de BILHETES DE PASSAGEM de VOOS DOMÉSTICOS e ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades de BILHETES DE PASSAGEM de VOOS INTERNACIONAIS, considerando-se as estimativas do item 4.3;

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)**  
**ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)**

**3.2 Definição e Justificativa quanto à natureza continuada do serviço:**

Considerando a proximidade do término do contrato vigente e falta de interesse da empresa contratada em sua renovação, bem como o quantitativo de passagens aéreas expedidas em favor de servidores, convidados e/ou colaboradores eventuais deste Instituto Federal, os quais rotineiramente necessitam locomover-se para outras cidades e demais Unidades da Federação e para o exterior, sempre a serviço desta Instituição, faz-se necessária a contratação de empresa que opere no ramo de passagens aéreas e que disponha de condições para pronto atendimento.

Justifica-se, ainda, a contratação em razão da impossibilidade de realização de compra direta de passagens, via Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, mediante utilização de cartão corporativo, dada a caducidade da Medida Provisória nº 822/2018, que dispensava a retenção dos tributos na fonte sobre os pagamentos efetuados por órgãos públicos, na compra de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas.

Em atendimento ao disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93), apresenta-se organizado neste documento um conjunto de elementos e informações caracterizadores dos serviços de emissão e entrega de passagens aéreas e os demais serviços correlatos, de acordo com a necessidade do Instituto Federal de Sergipe.

As informações contidas neste documento têm por fim o oferecimento de subsídios à realização do processo licitatório, à consequente contratação de empresa especializada e a adequada execução dos serviços contratados.

O enquadramento na modalidade pregão, do tipo eletrônico, encontra fundamento no parágrafo 1º do artigo 4º da IN SLTI nº 3/2015:

“Por se tratar de serviço comum, a licitação será realizada, preferencialmente, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, podendo ainda, a critério do órgão solicitante, ser utilizado o Sistema de Registro de Preços - SRP”.

O enquadramento também encontra embasamento no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 2º da Lei nº 10.520/2002:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Da mesma forma, restam atendidos o artigo 1º e o caput e § 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as

**ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)**  
**ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)**

fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Art. 22. O pregão, na forma eletrônico, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita a distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

Quanto à realização do Registro de Preços encontra amparo nos incisos I, III e IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

(...)

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Enquadra-se o AGENCIAMENTO DE VIAGENS como serviço de natureza continuada, nos termos do artigo 7º da IN SLTI nº 5/2017:

“Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria”.

Constituem-se, desse modo, nos termos do Decreto nº 2.271/1994, em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS e ENTIDADES participantes, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelos planos de cargos da APF.

Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE.

É vedada qualquer relação entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Como consequência da prestação continuada do serviço em tela tem-se a aplicabilidade do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, que dispõe:

“Art. 57 A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

III - (...)

### **3.3 Critérios ou práticas de sustentabilidade:**

ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

Não se aplica.

**3.4 Duração inicial do contrato com possibilidades e limites de prorrogação:**

12 (doze) meses, com possibilidade prorrogação até 60 (sessenta) meses, conforme inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**3.5 Necessidade da contratada promover transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:**

Não se aplica.

**3.6 Soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados:**

Contratação de empresa operadora de turismo/agenciamento de viagens.

**4. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte**

**4.1 Metodologia da Estimativa das Quantidades:**

Os quantitativos foram definidos com base nos valores acumulados entre 2015 a 2018, considerando a demanda individual dos *campi* e Reitoria, e a projeção para os exercícios seguintes, visto que o contrato poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

**4.2 Informações das Contratações Anteriores:**

Anteriormente, o IFS dispunha da compra direta de passagens aéreas nacionais diretamente no SCDP, por meio de cartão corporativo, tornando a aquisição rápida e econômica, diante da inexistência de intervenientes, mantendo contrato de agenciamento prioritariamente para voos internacionais, diante da ausência de opção no Sistema de Concessão de Diárias e passagens – SCDP, e um pequeno saldo de reserva para voos nacionais, para a ocorrência de alguma eventualidade que impedisse a compra direta.

Entretanto, com a revogação da Medida Provisória nº 882/2018, sem perspectiva de reedição, e da ausência de interesse em renovação do contrato atual por parte da empresa contratada, se afigura necessária a aquisição de novo fornecedor para o serviço de agenciamento, em que pese entendermos não ser a melhor modalidade, esta é a Única opção da Administração Pública Federal no momento.

**4.3 Memórias de cálculo e documentos de suporte:**

Relatórios de despesas detalhadas extraídos do sistema SCDP. Para os *campi* que não possuem histórico de aquisições no referido sistema de concessão, seja porque está em fase de implantação ou, embora já possua sistema, não o operacionalizaram nos últimos anos, as estimativas basearam-se no consumo das unidades com tamanhos similares, bem como no orçamento disponível para o Exercício.

Além disso, houve um incremento de 25% na quantidade estimada para os voos nacionais, a título de reserva técnica/margem de segurança, haja vista o aumento de servidores ocorrido nos últimos três anos e consequente necessidade por capacitação e participação em eventos finalísticos institucionais.

A seguir, estimativa média anual de passagens para a Reitoria e seus *campi*, conforme relatórios extraídos do SCDP e projeções formuladas pela equipe de planejamento da contratação com integrantes representativos das Unidades:

**ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)**  
**ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)**

<b>Quantitativo médio estimativo anual de passagens (ida e volta) por Unidade Gestora do IFS*</b>					
Unidade	Bilhetes de passagem – voos nacionais (Item 01 do DFD)			Bilhetes de passagem – voos internacionais (Item 02 do DFD)	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais (Item 03 do DFD)
	Histórico SCDP e Projeção	Reserva técnica/margem de segurança (25%)	Subtotal	10% dos voos nacionais, sem a reserva técnica, à exceção da Reitoria	15% dos voos nacionais e internacionais**
<i>Campus</i> Lagarto	40	10	50	04	08
Reitoria	190	47	237	10	37
<i>Campus</i> Aracaju	52	13	65	05	10
<i>Campus</i> Estância	40	10	50	04	08
<i>Campus</i> Glória	20	05	25	02	04
<i>Campus</i> Itabaiana	35	09	44	03	07
<i>Campus</i> Poço Redondo	12	03	15	01	02
<i>Campus</i> Propriá	35	09	44	03	07
<i>Campus</i> São Cristóvão	48	12	60	05	10
<i>Campus</i> Socorro	12	03	15	01	02
<i>Campus</i> Tobias Barreto	08	02	10	01	02
<b>Total</b>	<b>492</b>	<b>123</b>	<b>615</b>	<b>39</b>	<b>97</b>

\*Valores estimativos obtidos com base em registros históricos de anos anteriores no Sistema SCDP para a Reitoria e os *campi* Aracaju, Glória, Itabaiana, Lagarto e São Cristóvão. Para as demais unidades, a estimativa foi baseada na matriz orçamentária prevista para o Exercício de 2019, bem como na similaridade *intercampi* de estrutura física e força de trabalho, uma vez que não houve registros no SCDP por se tratar de unidades recém-implantadas ou em implantação e/ou inexistência de contratação desse tipo de serviço no período analisado.

\*\*Considerando a baixa incidência para cancelamentos, remarcações e reembolsos de bilhetes de passagens nacionais e internacionais, adotou-se como parâmetro estimativo o percentual de 15% das referidas emissões.

Além disso, houve um incremento de 25% na quantidade estimada para os voos nacionais, a título de reserva técnica/margem de segurança, haja vista o aumento de servidores ocorrido nos últimos três anos e consequente necessidade por capacitação e participação em eventos finalísticos institucionais.

Quanto aos valores financeiros estimados de repasse à futura agência contratada a título de tarifas, taxas de embarque, multas e outras taxas, conforme itens 04, 05 e 06 do DFD, foram estimados com base no valor médio praticado pelo contrato firmado entre a Reitoria e a Contratada Meru Viagens EIRELI, registrados no sistema SCDP, durante o Exercício de 2018, a saber:



**ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)**  
**ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)**

<b>Valor médio estimativo anual de passagens (ida e volta) por Unidade Gestora do IFS* em R\$</b>			
Unidade	Repasse – voos nacionais (Item 04 do DFD)	Repasse – voos internacionais (Item 05 do DFD)	Repasse – seguro (Item 06 do DFD)
	Valor unitário médio praticado em 2018: R\$ 1.347,10*	Valor unitário médio praticado em 2018: R\$ 4.651,48**	Preço médio atual praticado por seguradoras
<i>Campus</i> Lagarto	50 x 1.347,10 = R\$ 67.355,00	04 x 4.651,48 = R\$ 18.605,92	04 x R\$ 185,11 = R\$ 740,46
Reitoria	237 x 1.347,10 = R\$ 319.262,70	10 x 4.651,48 = R\$ 46.514,80	10 x R\$ 185,11 = R\$ 1.851,10
<i>Campus</i> Aracaju	65 x 1.347,10 = R\$ 87.561,50	05 x 4.651,48 = R\$ 23.257,40	05 x R\$ 185,11 = R\$ 925,55
<i>Campus</i> Estância	50 x 1.347,10 = R\$ 67.355,00	04 x 4.651,48 = R\$ 18.605,92	04 x R\$ 185,11 = R\$ 740,44
<i>Campus</i> Glória	25 x 1.347,10 = R\$ 33.677,50	02 x 4.651,48 = R\$ 9.302,96	02 x R\$ 185,11 = R\$ 370,22
<i>Campus</i> Itabaiana	44 x 1.347,10 = R\$ 59.272,40	03 x 4.651,48 = R\$ 13.954,44	03 x R\$ 185,11 = R\$ 555,33
<i>Campus</i> Poço Redondo	15 x 1.347,10 = R\$ 20.206,50	01 x 4.651,48 = R\$ 4.651,48	01 x R\$ 185,11 = R\$ 185,11
<i>Campus</i> Propriá	44 x 1.347,10 = R\$ 59.272,40	03 x 4.651,48 = R\$ 13.954,44	03 x R\$ 185,11 = R\$ 555,33
<i>Campus</i> São Cristóvão	60 x 1.347,10 = R\$ 80.826,00	05 x 4.651,48 = R\$ 23.257,40	05 x R\$ 185,11 = R\$ 925,55
<i>Campus</i> Socorro	15 x 1.347,10 = R\$ 20.206,50	01 x 4.651,48 = R\$ 4.651,48	01 x R\$ 185,11 = R\$ 185,11
<i>Campus</i> Tobias Barreto	10 x 1.347,10 = R\$ 13.471,00	01 x 4.651,48 = R\$ 4.651,48	01 x R\$ 185,11 = R\$ 185,11
<b>Total</b>	<b>R\$ 828.466,50</b>	<b>R\$ 181.407,72</b>	<b>R\$ 7.219,31</b>

\*Valor médio unitário da passagem aérea nacional (ida e volta) praticado em 2018 em contrato firmado com a Reitoria, conforme relatório extraído do sistema SCDP: R\$ 214.188,87 / 159 = R\$ 1.347,10.

\*\*Valor médio unitário da passagem aérea internacional (ida e volta) praticado em 2018 em contrato firmado com a Reitoria, conforme relatório extraído do sistema SCDP: R\$ 13.954,44 / 03 = R\$ 4.651,48

Para o cálculo do valor do seguro viagem para os voos internacionais foram realizadas pesquisas de mercado em três seguradoras, via internet, para se aferir o preço médio praticado no mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<b>Valor médio estimado para o Seguro Viagem*</b>					
Origem	Destino	Seguradora			Média
		Porto Seguro	Mondial Travel	Allianz	
Brasil	África (Egito)	R\$ 168,63	R\$ 263,48	R\$ 169,28	R\$ 200,46
	América Central (Costa Rica)	R\$ 158,78	R\$ 263,48	R\$ 169,28	R\$ 197,18
	América do Norte (Canadá)	R\$ 160,73	R\$ 263,48	R\$ 169,28	R\$ 197,83
	América do Sul (Uruguai)	R\$ 158,78	R\$ 122,51	R\$ 146,18	R\$ 142,49

**ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)**  
**ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)**

	Ásia (Coreia do Sul)	R\$ 168,63	R\$ 263,48	R\$ 169,28	R\$ 200,46
	Europa (Alemanha)	R\$ 137,13	R\$ 182,79	R\$ 150,81	R\$ 156,91
	Oceania (Austrália)	R\$ 168,63	R\$ 263,49	R\$ 169,28	R\$ 200,47
<b>Preço médio geral</b>					<b>R\$ 185,11</b>

\*Cotações realizadas via internet, em 29/01/2019, considerando os seguintes dados: 01 passageiro, idade entre 0 e 70 anos, período de viagem: 29/01/2019 a 05/02/2019. Links de acesso: <https://cotacao.mondialtravel.com.br/Preco;> <https://www.portoseguro.com.br/vendaonline/viagem/valorseguro.ns;> e <https://www.allianz-assistance.com.br/seguro-viagem/aereo/negocios>

Para a aferição do preço médio praticado pelas agências de viagem para a prestação do serviço de emissão de bilhetes de passagem nacionais e internacionais, bem como a sua alteração e cancelamento, tomou-se por base o valor publicado em 03 editais de licitação antes do certame, uma vez que os valores disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal giram em torno de R\$ 0,00 o que, segundo dispõe o § 3º do Art. 44 da Lei nº 8.666/93 “não se admite a apresentação de preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado”.

<b>Preço médio para emissão e remarcação de bilhetes – Itens 01, 02 e 03</b>					
Item	Descrição do serviço	Órgão/Entidade			Valor médio
		<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia	<sup>2</sup> Advocacia Geral da União	<sup>3</sup> Instituto Federal da Paraíba	
01	Emissão de bilhetes de passagem – voos nacionais	R\$ 11,73	R\$ 5,04	R\$ 1,74	R\$ 6,17
02	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	R\$ 11,73	R\$ 8,18	R\$ 1,74	R\$ 7,22
03	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem - voos nacionais e voos internacionais	R\$ 11,73	R\$ 7,40	R\$ 1,74	R\$ 6,96

<sup>1</sup>UASG: 154043 – Pregão Eletrônico 125/2018 – Data: 18/10/2018.

<sup>2</sup>UASG: 20114 – Pregão Eletrônico 20/2018 – Data: 13/08/2018.

<sup>3</sup>UASG: 158138 – Pregão Eletrônico nº 12/2018 – Data: 10/09/2018.

**d) Mecanismos para aquisição de materiais imprevisíveis ou de natureza incalculáveis antes da contratação:**

Não se aplica.

**5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

Conforme os pregões citados no tópico 11, a solução utilizada pelos diversos órgãos é a utilização de taxa fixa para os itens Emissão, alteração e cancelamento de bilhetes nacionais, internacionais.

**6. Estimativas de preços ou de preços referenciais**



ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

Continuando com a análise dos pregões citados no tópico 11, foram levantados os preços contratados pelas instituições conforme tabela a seguir:

Pregão nº	Instituição do Pregão	Contrato nº	Valor
03/2018	SJMT-SETRA	18-2018 – IFS	R\$ 0,01
02/2018	IFCE	24/2018 – IFCE	R\$ 0,0001
03/2017	MP	01/2018 – IFPB	R\$ 1,14

Considerando a média dos preços acima, tem-se irrisórios R\$ 0,38 centavos. Deste modo, é perceptível que a prática atual das agências de viagens é cobrar taxas muito baixas, inclusive, menores que R\$ 0,01. Assim, faz necessário, o acompanhamento junto à execução contratual para que de fato as companhias pratiquem os preços de mercado na concessão das passagens nas transações com o IFS.

#### 7. Descrição da solução como um todo

Contratação da empresa para prestação de serviço de agenciamento de viagens em âmbito nacional e internacional com emissão de bilhete, consultas, alteração/remarcação de bilhetes de qualquer companhia aérea, sempre que requisitado por servidor competente, que atenda aos trechos e horários solicitados dentre aqueles oferecidos pela companhia aérea, inclusive os decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas em horários compatíveis com a programação da viagem.

#### 8. Justificativas para agrupamento ou não do item, quando necessária para a individualização do objeto

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto, no entanto, não se aplica à presente demanda, sendo necessário o agrupamento dos itens 01 a 03 do Documento de Formalização de Demanda - DFD, considerando que somente haverá disputa no valor do agenciamento. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e segue-se à licitação com itens agrupados.

#### 9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Com a contratação de agência de passagens, espera-se suprir a necessidade atual dos *campi* e Reitoria do IFS quanto à aquisição de passagens aéreas após a caducidade da Medida Provisória nº 822/2018, de 01/03/2018, que dispensava a retenção de tributos na fonte sobre os pagamentos efetuados por órgão públicos, na compra de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas. Tal informação foi publicada por meio do Ofício Circular nº 258/2018-MPDG, de 29/06/2018.

A contratação permitirá que os servidores do órgão possam participar dos eventos de interesse da administração em todo território nacional, assim como em outros países.

#### 10. Providências para adequação do ambiente do órgão

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações físicas das Unidades para a solução a ser contratada e o serviço prestado. Todavia, a fim de operacionalizar o sistema SCDP adequadamente, deverá ser emitida comunicação formal da Administração nas respectivas Unidades para a realização de curso de capacitação (pelo menos em formato a Distância) para aqueles servidores que detenham, principalmente, perfil de “Solicitante de Passagem”, no referido sistema, caso ainda não o fizeram.

ANEXO II (MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

### 11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Várias contratações foram estudadas para formulação deste estudo, dentre elas, citam-se:

- Pregão Eletrônico nº 03/2018 - SJMT-SETRA;
- Pregão Eletrônico nº 02/2018 – IFCE; e
- Pregão Eletrônico nº 01/2017 – Ministério do Planejamento.

As especificações para o IFS foram elaboradas após a análise dos documentos acima e das especificidades do órgão.

### 12. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Por conseguinte, os estudos preliminares evidenciaram que a realização da contratação de empresa de agenciamento faz-se mister e, sobretudo, mostra-se viável tecnicamente.

Diante de todo o exposto, declara-se ser viável a contratação da solução pretendida.

#### Membro Requisitante

Nome: Marcos José de Sant'Anna	Matrícula/SIAPE: 1582751
Cargo: Assistente em Administração	Lotação: Gerência de Administração/ <i>Campus</i> Lagarto
E-mail: gadm.lagarto@ifs.edu.br	Telefone: (79) 3321-1522
Requisição elaborada em conjunto com os demais integrantes das Unidades Supridoras do IFS designados conforme Portaria nº 4043, de 28/12/2018.	

#### Membro Técnico

Nome: Marcos José de Sant'Anna	Matrícula/SIAPE: 1582751
Cargo: Assistente em Administração	Lotação: Gerência de Administração/ <i>Campus</i> Lagarto
E-mail: gadm.lagarto@ifs.edu.br	Telefone: (79) 3321-1522
Estudo Técnico elaborado em conjunto com os demais integrantes das Unidades Supridoras do IFS designados conforme Portaria nº 4043, de 28/12/2018.	

#### Membro Administrativo

Nome: Lorena de Souza Silva Medeiros	Matrícula/SIAPE: 2153830
Cargo: Administradora	Lotação: COLIC/ <i>Campus</i> Lagarto

ANEXO II (**MODELO AJUSTADO - IN 05/2017/MPDG**)  
ESTUDO PRELIMINAR (**GERENCIADOR**)

*E-mail:*  
colic.lagarto@ifs.edu.br

Telefone:  
(79) 3321-1526

Assessoramento Administrativo realizado em conjunto com o integrante Administrativo Rômulo Santana do Amaral, SIAPE 1733638 designado conforme Portaria nº 4043, de 28/12/2018.

Lagarto/SE, 30 de janeiro de 2019.

---

**Marcos José de Sant'Anna**  
Gerente de Administração  
IFS/*Campus* Lagarto

---

**Lorena de Souza Medeiros**  
Coordenadora de licitações  
IFS/*Campus* Lagarto